

Dois temas marcam a actualidade portuguesa: a onda contínua de despedimentos e de encerramento de empresas, sem que os poderes do Estado esboquem qualquer intervenção séria para a travar; e a revelação sucessiva, quase diária, de actos de corrupção mostrando a ligação familiar entre poder político e negócios.

A falta de qualquer intervenção do Estado para travar os despedimentos, ao mesmo tempo que presta generosa ajuda, com os dinheiros públicos, às empresas arruinadas por colapso dos negócios ou por simples fraude, tem o condão de mostrar a real face do Estado. A crise acentua a dependência do capital face ao Estado e exige dele mais intervenção; cada vez mais, o Estado tem de ter papel activo na manutenção e na reprodução do sistema capitalista.

Progressivamente, torna-se claro que o Estado é um instrumento das classes proprietárias para manter na linha os assalariados e lhes extorquir tudo o que puder. Isto é patente no programa que emerge das exigências do patronato que, com mais ou menos compromisso, os partidos do poder procuram levar a cabo: baixa dos impostos sobre o capital; liberalização dos despedimentos; redução dos subsídios sociais e das despesas do Estado que não beneficiem o capital; reforço policial, para prevenir a agitação social; justiça em 24 horas para o pequeno delito, aquele que directamente decorre da crise social, mas não para o grande delito, do foro próprio do capital.

A corrupção, que os defensores do capitalismo e os que sonham emendá-lo querem reduzir a casos de excepção e a desvios de comportamento, faz parte da vida corrente do capital. Agora, emerge em catadupas porque, entre a família capitalista, se exacerbam também as disputas pela sobrevivência. O sucesso dos negócios clama por mais garantias e exige fazer dinheiro em pouco tempo. Nesta disputa, vale tudo. E é por isso que, para o poder, combater a corrupção e manter os negócios é uma verdadeira quadratura do círculo.

Corrupção & Desemprego S.A.

A onda de despedimentos e de fecho de empresas prossegue com total impunidade. As principais vítimas são, de longe, os operários da indústria. O sector automóvel, centrado na produção de componentes e acessórios, sofre neste momento o embate da quebra de vendas de viaturas em todo o mundo. As promessas de recuperação do emprego são miragens. Em todos os escalões de capital, a criação de empregos é menor que

a sua destruição. As garantias dos economistas encartados e do poder de que a retoma dos negócios reporá, a seu tempo, o emprego agora perdido não passa de uma ilusão.

Tal como o desemprego, a corrupção alastra por todo o lado. Uma teia de interesses articula gestores e funcionários de empresas públicas e privadas, autarquias, homens do aparelho de estado, elementos das forças policiais, responsáveis dos partidos políticos das classes dominantes.

Páginas 3, 4 e 5



EPAL assina contrato com firma israelita especializada no roubo da água palestina

páginas 6-7

Acerca da insolvência da Paralux e da Serlux

Leitores comentam uma notícia do MV

Em 11 de Novembro divulgámos no site do MV uma notícia curta sobre a declaração de insolvência de duas empresas do Cacém, a Paralux e a Serlux, dos mesmos patrões. E comentávamos o facto dizendo: “O aumento da mancha negra do desemprego já se tornou uma triste rotina diária. Só uma medida lhe pode pôr cobro: a resistência dos trabalhadores exigindo a proibição dos despedimentos”.

A notícia mereceu vários comentários – de trabalhadores das empresas em causa e de empresas com problemas semelhantes – que publicamos de seguida. O sentido comum das mensagens é a preocupação com as causas da declaração de insolvência, indo desde a denúncia de gestão danosa até à acusação de incompetência dos administradores. Contudo, nenhuma fala dos direitos dos trabalhadores a defender, ou de formas de resistência a pôr em prática. Como se se tratasse de uma fatalidade, a aceitar com resignação. É este facto que propomos à reflexão dos leitores por ser, infelizmente, o estado de espírito dominante entre os trabalhadores que se vêem despedidos todos os dias.

Acho que isto que se passa na Paralux foi provocado pelas encomendas anuladas por prazo de entrega, pelo que aconteceu na empresa onde trabalho. Tivemos que recorrer a um outro fornecedor.
Jorge, 12 Novembro

Os prazos de entrega de facto eram bastantes longos nalguns casos e por razões várias, mas esta insolvência penso que foi muito bem elaborada ao longo destes últimos tempos e veio ao encontro das necessidades e conveniências da gerência administrativa, pena é que esta empresa não tivesse mais uns associados a quem tivessem de prestar relatório de contas (para onde foi e quanto, o que entrou, e o que há em termos de euros).

Funcionário, 13 Novembro

Um pouco por desconhecimento de causa, existem muitas situações mal explicadas. Não me parece que

tenha sido só por encomendas anuladas e alteração de fornecedor!!! Como é que uma empresa passa de líder de mercado para uma insolvência???

MTCF, 17 Novembro

É bem capaz de ser uma daquelas empresas a aproveitar a situação da crise. Mas, pelo que sei, crise não era o factor em causa nesta empresa, mas sim talvez mais um caso tipo Face Oculta.

Intruso, 17 Novembro

Prazos de entrega à parte, nenhuma empresa consegue sobreviver se os seus clientes não pagam e os bancos não mantêm abertas linhas de crédito. Não sendo uma empresa de retalho, assume-se que os seus clientes serão outras empresas ou o poder local, câmaras municipais.

Outras empresas estão “estranguladas” de liquidez dado que os

bancos congelaram linhas de crédito ou o preço do dinheiro subiu de forma substancial. Consequência óbvia, são as dificuldades em pagamento quer a fornecedores quer a funcionários.

As autarquias, consideradas bons pagadores, são normalmente o exemplo do inverso. Quem tiver conseguido cobrar uma dívida a uma autarquia em tempo útil que atire a primeira pedra.

De salientar que, neste caso, não havia casos de salários em atraso. Estes são efeitos de uma crise que felizmente pouco tocou Portugal. Espanha está prestes a atingir uma taxa de desemprego de 20%.

Solução? Averiguar as causas para esta insolvência, sendo mais provável a falta de pagamentos por parte de clientes (especialmente por parte das autarquias). Mas se calhar isso daria muito trabalho para uma notícia de 30 segundos na TV...

H. Ramus, 19 Novembro

É o país que temos, é o exemplo do tipo de gestão que se faz em Portugal (felizmente nem todas são assim). Ser-se gestor exige muito. É preciso ser visionário, ver mais longe. É preciso ser-se inteligente, é querer aprender e não fechar-se no casulo achando que os outros não percebem nada. É aprender a ouvir os outros, é tomar decisões no momento certo, é preciso ter coragem, é perceber a tempo que muito pode ser feito, é evoluir ao ponto de reconhecer que pode haver pessoas que os podem ajudar a andar para a frente, é ser-se líder, é respeitar as pessoas. Os mercados evoluíram muito e a forma de agir tem que acompanhar a evolução, se não temos um fim

anunciado. Chegar ao telhado sem que haja preocupação em consolidar pare-des é muito fácil enquanto há. Enfiar a cabeça na areia e achar que tudo se vai resolver por si, é muita ingenuidade. As pessoas é o que há de mais importante numa empresa, é com elas que o gestor tem que manter uma parceria, fazer com que as pessoas percebam que fazem parte de um todo. É muito fácil pôr agora a culpa nos outros. Sem tudo isto, que é básico, o final não podia ser feliz!

Desabafo, 25 Novembro

Era uma grande empresa, mas quem manda nunca me enganou. Muito bonzinhos e esmiframos foi os euritos. Agora, fazem-se de vítimas também. Abram os olhos caros ex-colegas, de santo não têm nada. Ainda querem ver se vos f... mais.

Fudido, 4 Dezembro



Luta de classes

O laboratório sociológico que foram os resultados das eleições legislativas é importate e positivo para o povo português. Mas o fundamental vem a caminho: o terreno revolucionário da luta de classes queira o capitalismo reaccionário ou não.

Fernando Barão

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Manuel Monteiro, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo
Contactos
Rua João Ortigão Ramos,
19-4.º A, 1500-362 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano)
Donativo mínimo, €15
Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

APOIOS

Vendas Lisboa40,00 €
Vendas Nazaré45,00 €
Donativos.....85,00 €
Total.....170,00 €

Constâncio, ponta de lança

O governador do Banco de Portugal é um dos grandes responsáveis pela delapidação dos dinheiros públicos, quer pela incompetência (ou cumplicidade?) na fiscalização do sector financeiro (BPN, BPP, etc), quer pelo chorudo ordenado que embolsa todos os meses. É este homem que vem propor a subida dos impostos (provavelmente o IRS e o IVA) aconselhando, igualmente, os empresários a não aumentarem os salários dos trabalhadores mais do que 1 ou 1,5% e o governo a aumentar ainda menos do que isso os funcionários públicos.

Bloco central funciona

Os dois partidos uniram-se na Assembleia da República contra as propostas do BE e do PCP relativas ao direito à reforma completa para todos aqueles que tivessem trabalhado e descontado durante 40 anos. E fizeram-no a pretexto da “crise” e de que tal iria conduzir à “ruptura da Segurança Social”. Para quem tem os ordenados, as pensões e as regalias que têm os deputados portugueses, é preciso grande falta de vergonha quando se recusa um direito tão elementar aos trabalhadores. Mas a coisa tem lógica: é deste modo que tais senhores mantêm as diferenças de classe, asseguram os seus privilégios e arranjam dinheiro para gastar em casos como o do BPN ou em missões guerreiras como a do Afeganistão.

Um perdão de mais de 3 mil milhões

Nos últimos anos têm aumentado fortemente as dívidas à Segurança Social, particularmente as das empresas. Já totalizam hoje cerca de 4 mil milhões de euros. Era precisamente 80% desta dívida (mais de 3 mil milhões de euros) que o muito “eficiente” ex-ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (e actualmente ministro da Economia) se preparava para perdoar, com o pretexto de que seriam incobráveis. E depois viriam, certamente, as farisaicas justificações da impossibilidade de aumentar as pensões ou, até, da necessidade de as diminuir. Há que parar esta gente.

O capitalismo não cria emprego, destrói emprego

Diz-se que uma mentira muitas vezes repetida passa por verdade. Será assim se não for contrariada. Diante da onda incessante de despedimentos e de encerramento de empresas, o patronato e a direita insistem no slogan – como se fosse uma evidência – de que só as empresas criam emprego, significando com isso: a iniciativa privada capitalista.

O slogan serve para pressionar a política do governo, ainda mais, no sentido do apoio estatal ao capital, da redução de impostos às empresas; e, simultaneamente, de limitação dos gastos sociais do Estado com os trabalhadores.

Ora, é fácil mostrar que a afirmação é falsa.

Desde logo, porque o Estado é de longe o primeiro empregador. Saúde, ensino, administração central e local, sistema de Justiça, forças armadas, polícias, empresas públicas... reúnem cerca de 700 mil postos de trabalho (mais de um décimo de toda a força de trabalho), número sem comparação com o de qualquer empresa privada.

Depois, porque os factos da actual crise mostram a evidência que são, de longe, as empresas privadas capitalistas as principais fontes de despedimentos, em primeiro lugar da massa operária. Não só despedimentos formais, colectivos ou individuais, mas também essa outra forma de criar desemprego que é fomentar o emprego precário. Finalmente, porque a história mostra que o capitalismo não é uma fábrica de emprego, mas sim uma fonte de eliminação de emprego. Pela destruição da propriedade individual, pela concentração de capitais, pela evolução tecnológica,



pela deslocalização de empresas – o capitalismo reduz cada vez mais a necessidade de trabalho vivo e, portanto, de emprego.

A crise actual acentua de forma brutal estes factos. Por isso se vê uma massa crescente de desempregados a par de uma exploração sempre mais inumana dos que ainda trabalham.

Esta irracionalidade tem uma solução prática: dividir o trabalho socialmente necessário por todos os braços disponíveis. Nesta crise, uma tal medida tem ainda mais sentido; por isso, a Plataforma Anticapitalista em que participamos defende a proibição dos despe-

dimentos e a redução do horário de trabalho sem redução de salários. Só exigindo medidas deste tipo – que põem em primeiro lugar a defesa dos seus interesses vitais – podem os trabalhadores fazer frente eficazmente à onda de despedimentos e à miséria que a acompanha.

O silêncio da oposição de esquerda diante da cassete do patronato e da direita revelam uma incapacidade de fundo para responder ao problema do desemprego no curso desta crise – e contribui para que a mentira mil vezes repetida passe por verdade.

Urbano de Campos

Cada vez menos postos de trabalho

No meio da maré de despedidos de todos os dias, o anúncio da criação de postos de trabalho soa a muito pouco. Em Agosto, a Portucel Soporcel inaugurou em Setúbal uma nova fábrica de papel, com honras oficiais. Para um investimento de 490 milhões de euros os postos de trabalho criados são 355. Há dias, a Renault-Nissan decidiu instalar em Estarreja uma fábrica de baterias para automóveis eléctricos. Neste caso, para um investimento de 250 milhões de euros criam-se apenas 200 empregos. Em ambos os casos, foi preciso investir mais de um milhão de euros para criar um posto de trabalho. O investimento capitalista é cada vez mais vultuoso, e maior a desproporção entre o capital fixo que tem de ser instalado e o volume da força de trabalho que vai ser explorada. A busca de maior produtividade do trabalho faz com que, em todos os escalões de capital, a criação de empregos seja menor que a sua destruição. Por isso, as garantias dos economistas encartados e do poder de que a retoma dos negócios reporá, a seu tempo, o emprego agora perdido não passa de uma mentira. **UC**

Patrões despedem sem freio

Resposta dos trabalhadores continua a ser frágil e dispersa

A onda de despedimentos e de fecho de empresas prossegue com total impunidade. Como temos referido, as principais vítimas são, de longe, os operários da indústria. O sector automóvel, centrado na produção de componentes e acessórios, sofre o embate da quebra de vendas de viaturas em todo o mundo.

A Leoni, que fabrica cablagens, em Viana do Castelo, vai encerrar em Dezembro de 2010. Os 600 trabalhadores que restam na empresa (depois de 120 já terem sido despedidos) irão saindo ao longo do próximo ano. Justificação da administração: "a quebra total" de encomendas do único cliente, o grupo PSA (Peugeot-Citroen), que terá encontrado trabalhadores mais baratos noutras paragens. Também a A Delphi, com unidades na Guarda, Seixal e Castelo Branco, fabricante de componentes, e uma das maiores empregadoras da Guarda, decidiu despedir 500 dos 930 trabalhadores até fins de Março próximo, por "redução de actividade". A Delphi internacional encerrou várias empresas em todo o mundo, despedindo 80 mil dos seus 180 mil trabalhadores. A Fehst, outra fábrica de componentes, em Braga, está também ameaçada. Neste caso, apesar dos elevados níveis de produção, a administração criou uma empresa paralela e recorre à subcontratação, colocando assim os trabalhadores da Fehst em subocupação e até em paragem. Trata-se, denunciam os sindicatos, de "uma habilidade" que atinge os trabalhadores do quadro permanente.

Os trabalhadores de outros sectores industriais ou de serviços são igualmente ameaçados de despedimento ou sujeitos a pressões inaceitáveis. Em vários casos, não é a resignação que prevalece e lutas de resistência são postas em marcha. Duas empresas de material eléctrico, a Paralux e a Serlux, no Cacém, foram declaradas insolventes; mais de 150 trabalhadores estão à beira do desemprego. Na Poceram, fábrica de cerâmicas, em Coimbra, os 150 trabalhadores completaram em



Novembro cinco meses com o contrato suspenso e salários em atraso. No propósito de impedir o fecho da fábrica decidiram "invadir" a assembleia de credores, em 17 de Novembro, para defender os postos de trabalho, pois todos se consideram também "credores". Igualmente os trabalhadores das empresas de vigilância, concretamente na Esegur e na Bonne-Segur, em Lisboa, têm exigido melhoria de condições laborais e de remuneração, recebimento de pagamentos atrasados e defesa de direitos violados pelos patrões. Nos aeroportos de Ponta Delgada e da Horta foram despedidos 18 trabalhadores da segurança privada, acusados de não terem feito os serviços mínimos durante a greve efectuada em Agosto, tendo o sindicato decidido levar o caso a tribunal.

Finalmente, duas greves. Em Outubro, os trabalhadores dos STCP, empresa de transportes colectivos do Porto, pararam em protesto contra o excesso de horas de trabalho impostas pela administração. Há trabalhadores que são forçados a fazer mais de 40 horas semanais, sem compensação, em violação do acordo de empresa. Aderiram à greve 75% dos trabalhadores. Em 2 de Novembro, os trabalhadores da Gás de Portugal e da Lisboaagás realizaram uma paralisação durante duas horas. Protestaram contra o bloqueamento das negociações sobre categorias profissionais e salários, e contra as violações das normas contratuais por parte das empresas, especialmente no que respeita às funções desempenhadas pelos trabalhadores.

PG / MR

Oficialmente, são 10,2%

A cada mês, os números oficiais do desemprego confirmam, com atraso, o que os mais atentos já anunciavam. Em Outubro, a taxa de desemprego chegou aos 10,2% (meio milhão de pessoas) mas os números reais serão, como em casos anteriores, mais elevados. Além dos contabilizados, estima-se que haja, pelo menos, outros 85 mil desempregados que já nem se registam nos centros de emprego. 450 pessoas batem à porta dos centros de emprego todos os meses. Calcula-se que 200 a 300 mil agregados familiares têm marido e mulher no desemprego. Entre os jovens o desemprego é de 20%, nos homens chega aos 9,6% e nas mulheres 10,9%. **MR**

A Igreja e a Escola

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou, em sentença, a exibição do crucifixo cristão em instalações públicas e "especialmente em aulas". O Vaticano e a Igreja Católica portuguesa reagiram mal. Percebe-se que a medida não agrade à Igreja Católica portuguesa, que durante a ditadura fascista conviveu com a presença obrigatória da fotografia de Salazar ao lado do crucifixo, nas salas de aula. E percebe-se que pretenda continuar a impor a não crenças e a crenças de outras religiões a presença do crucifixo na escola pública. E o que faz o Estado português, dito laico?

Soares, por Reagan

No diário de Ronald Reagan (1981/1989), agora editado em Portugal, referem-se encontros com vários políticos portugueses da altura, nomeadamente Cavaco, Eanes e Balsemão, com particular destaque para Mário Soares. "O PM Soares, de Portugal, visitou-nos... É socialista, mas procura investimento privado para a indústria de Portugal e é um anticomunista do mais furioso que se pode encontrar. É um grande apoiante do nosso país e do Ocidente", escreve o reaccionário ex-presidente dos EUA. Depois das confirmadas relações de vários políticos portugueses com a CIA, este é mais um testemunho da velha subserviência destes políticos em relação ao imperialismo norte-americano.

Segurança interna

No debate promovido, em 2 de Dezembro, pela revista "Segurança e Defesa", o Chefe de Estado-Maior do Exército, Pinto Ramalho, manifestou-se contra a "ambiguidade constitucional" que impede as Forças Armadas de qualquer intervenção no domínio da segurança interna. Compreende-se que, no actual contexto de crise económica e social (e de eventual contestação forte das classes oprimidas e exploradas), surja nas mentes da burguesia dominante a ideia de reforçar a repressão, mesmo recorrendo às Forças Armadas. Isso corresponde à defesa dos seus interesses de classe. Cabe-nos, a nós, combater tais propósitos.

Alegre e a “Face oculta”

O futuro dirá se o processo “Face oculta” seguirá a lei inexorável que parece determinar o curso de vários outros: a montanha a parir um rato. Assim tem sido no caso Casa Pia, no “Apito dourado”, no Freeport.

Para já, as acusações que pesam directamente sobre o ex-dirigente do PS e ex-ministro Armando Vara são graves: a troca de 10 mil euros, exigidos por ele próprio e pagos pelo “rei da sucata”, Manuel Godinho, Vara terá intercedido junto da administração da EDP para que o empresário aí obtivesse adjudicações importantes. Num outro caso, desmentido pelo ministro Mário Lino, Vara teria intercedido junto deste para fazer substituir a administração da Refer, mais uma vez no interesse de Godinho. Perante tais acusações, o reflexo normal, são e correcto seria, à esquerda, o de fazer votos por um completo esclarecimento do caso, e de manter sobre ele atenção e vigilância intensas. Diametralmente oposta foi, contudo, a reacção de Manuel Alegre, o candidato a federador da esquerda nas próximas eleições presidenciais. Segundo Alegre, as violações do segredo de justiça que tornaram

conhecidas as acusações contra Vara constituem “o mais grave problema da democracia” (citado em Público, 31 de Outubro). Nem mais, nem menos: grave é, para ele, saber-se que Vara foi acusado e do quê. Mais grave do que haver milhares de pessoas despedidas, por vezes em falências fraudulentas que os tribunais nunca chegam a julgar; mais grave do que ficarem impunes todos os crimes de colarinho, da corrupção à fraude fiscal; mais grave do que prescreverem todos os processos contra figurões que contratam a peso de ouro advogados especialistas em arrastar os pés. E não teria fim a lista de escândalos desta democracia que Alegre ignora, ao lado do incómodo causado ao seu amigo Vara.

A isto acrescenta Alegre que se fala muito das pessoas arguidas ou simplesmente postas em causa nos processos “Face oculta” e “Freeport”, mas pouco ou nada



das pessoas que o são no caso dos submarinos. É verdade que, surpreendentemente, as responsabilidades individuais de Paulo Portas foram menos escrutinadas no caso dos submarinos que aqui as de Vara ou além as de Sócrates. Mas não deveria o nosso combativo presidencialável ter levantado a

questão na altura própria, isto é, precisamente quando se falava de submarinos? Porque fala ele do processo dos submarinos quando o tema é o “rei da sucata”, os seus subornos e subornados? Não cheira tudo isto a uma grosseira manobra de diversão?

António Louçã

Corrupção: modo de vida do capital

O Os mais recentes acontecimentos públicos no domínio da corrupção envolvem António Godinho, um “dinâmico” empreendedor de sucatas, de Aveiro, cujos lucros se têm multiplicado nos últimos anos, Armando Vara, vice-presidente do BCP, já useiro e vezeiro nestas andanças, José Penedos, presidente da REN (o tal que dizia abrir champanhe sempre que privatizava uma empresa), Paulo Penedos, Lopes Barreira e mais de uma dezena de outros cidadãos, atingindo sobretudo gente da área do PS. Os dados apontam também para várias outras empresas (Carris, CTT, EDP, Empordef e Estradas de Portugal), assim como para diversas autarquias envolvidas no “negócio”. Mesmo encarando com alguma reserva as (por vezes, fantasiosas) acusações provenientes de um aparelho judicial não confiável e sem

embarcar em histerias justiceiras, parece estamos aqui efectivamente perante factos que indiciam a existência de um grande polvo de negócios escuros.

Mas a operação “Face Oculta” corresponde apenas a mais um caso, a somar a outros já bem conhecidos: Freeport (também ligado ao PS), SLN/BPN (envolvendo gente grada do PSD), assim como os relativos à compra de submarinos ou ao processo Portucale (da área do CDS). Ou, ainda, o caso BCP. Estes casos cobrem as estruturas partidárias (e os partidos também precisam de muito dinheiro!) que têm governado o País nas últimas décadas. Pressões de empresas privadas sobre o aparelho de estado, subornos, compra de altos funcionários públicos e autarcas, branqueamento de capitais, enchimento de cofres partidários ou pessoais, são alguns dos aspectos mais em evidência nos processos acima referidos.

Contudo, estes casos apenas representam algumas ilhas de um continente de corrupção, que articula gestores e funcionários de empresas públicas e privadas, autarquias, homens do aparelho de estado, elementos das forças policiais, assim como responsáveis dos partidos políticos das classes dominantes. Há autênticas máfias organizadas impondo a sua lei, envolvendo pais e filhos, correligionários, afilhados e padrinhos. Tendo a economia capitalista como motor o lucro e a acumulação, tal acarreta, no actual estágio de desenvolvimento do sistema, a corrupção como uma variável endógena ao seu funcionamento. Variável que, nalguns países, já ultrapassa em valor o próprio tráfico de droga. Trata-se, hoje, efectivamente, de um sistema económico e político em putrefacção. Não concordamos com os que, à esquerda, acham que não se deve perder tempo com a denúncia da

corrupção e que julgam que, ao fazê-la, podemos estar a ocultar o fundamental do sistema ou, até, eventualmente, a contribuir para a emergência de ditaduras de direita. Pensar ou agir deste modo, desvalorizando a variável corruptora do capitalismo, pode levar a um combate abstracto ou à ideia de que nada vale a pena, conduzindo, por vezes, a uma posição cínica face à sociedade em que vivemos. Com a denúncia da corrupção, não procuramos contribuir para melhorar, “corrigir” ou “moralizar” o sistema capitalista (de que a corrupção é parte integrante), mas revelar à generalidade das pessoas o modo de vida do capital, acumulando nelas a revolta contra o sistema. Esta denúncia faz, assim, parte da necessária e sistemática desmontagem política de um modo de produção que explora e oprime milhões de homens e mulheres deste nosso mundo.

Pedro Goulart

EPAL faz contrato com firma israelita especializada no roubo da água palestina

Entrevista com Ziyaad Lunat

Em início de Novembro, soube-se que a EPAL (Empresa Portuguesa das Águas Livres) firmou um contrato com uma empresa israelita, a Mekorot, do qual ressalta a prestação de serviços por parte da Mekorot na área das “questões de segurança da água”. A empresa israelita é, na verdade, especialista no roubo de água dos territórios palestinos e árabes da região e, por esta via, é, desde 1937, uma arma privilegiada da colonização que o estado sionista ali exerce.

Que o assunto é melindroso, prova-o o despedimento pela EPAL, em tempo recorde, de uma estagiária que – tendo visitado recentemente a Palestina – resolveu dar a conhecer aos colegas de serviço o que é a política de gestão da água feita pelos israelitas.

Depois de uma primeira resposta diplomática a uma carta do Comité Palestina, onde eram pedidos esclarecimentos sobre o assunto, a administração da EPAL remeteu-se ao silêncio, deixando sem resposta uma segunda carta (desta vez subscrita também pela Amnistia Internacional, a associação Água Pública, o CPPC, o Fórum pela Paz, o MPPM e o Tribunal-Iraque) em que a EPAL era confrontada com violações de normas e deveres estabelecidos internacionalmente e consignados no próprio Código de Conduta e de Ética do grupo Águas de Portugal, de que a EPAL é subsidiária.

Sobre o assunto, falámos com Ziyaad Lunat, activista e co-fundador da *Palestine Solidarity Initiative* e empenhado na contestação ao contrato firmado pela EPAL.

Manuel Raposo

O que é e o que faz a Mekorot?

A Mekorot é a empresa pública de águas israelita, fundada em 1937 pelo movimento sionista como um instrumento de colonização da Palestina. Levi Eshkol serviu como director da empresa até 1951, tornando-se mais tarde o terceiro primeiro-ministro de Israel. A Mekorot construiu a infraestrutura de distribuição nacional de água, terminando o projecto em 1956, projecto esse que na altura foi fonte de tensões com as vizinhas Jordânia e Síria, que acusaram Israel de roubar água dos aquíferos pertencentes a estes dois países. Os confrontos que daí resultaram, em que Israel foi responsável pela morte de centenas de civis, levaram à condenação dos ataques israelitas pelo Conselho de Segurança da ONU através das resoluções 111 e 171.

A água foi também uma das motivações por detrás da decisão de Levi Eshkol de invadir em 1967 a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, ainda hoje sob ocupação ilegal (já no seu 42.º ano). A

Cisjordânia, em particular, é rica em água. Logo depois da ocupação dos territórios palestinos, a Mekorot expropriou todos os recursos hídricos, tirando por completo aos palestinos o acesso a esses recursos. Essa transferência foi formalizada em 1982 por Ariel Sharon, o então Ministro da Defesa, tendo a Mekorot pago o preço simbólico de um *shekel* pela transferência da propriedade, cujo valor estimado era de 5 milhões de dólares.

E a água, na região, é mais vital que em qualquer outro lado.

A água foi usada como instrumento de punição contra os palestinos, de forma a que eles se submetessem à ocupação sob ameaça de serem privados de água. Essa política criminosa, colocada em curso pela Mekorot, teve consequências desastrosas para os agricultores palestinos, pois sem água eles não tinham como manter o seu único meio de subsistência. Muitos tiveram que abandonar as terras, que



logo de seguida foram anexadas pelo exército israelita para a construção de colonatos ilegais.

Relatório da Amnistia Internacional

Em Outubro passado, a Amnistia Internacional publicou um relatório, que fez notícia a nível internacional, onde documenta o que a organização considera as políticas “deliberadas” de Israel para retirar aos palestinos o direito de acesso adequado à água através do controlo dos recursos hídricos e medidas discriminatórias. De acordo com o relatório, Israel usa 80 por cento da água do “aquífero de montanha”. No ano 2000, um oficial superior israelita que trabalhou na Comissão da Água Israelita disse à organização de direitos israelita B’ Tselem que “a obrigação da Mekorot é, em primeiro lugar, para com os colonatos judeus e cidadãos israelitas”. Entre 180 000 e 200 000 pessoas da população rural palestina não têm acesso a água corrente (em contraste com quase 100% de acesso à rede de águas por parte dos israelitas). Além do facto de entre 90 a 95 por cento da água em Gaza estar contaminada com os esgotos. A Oxfam registou casos em que bebês em Gaza morreram por beberem água contaminada.

A Mekorot como executor destas políticas criminosas é um agente chave na colonização da Palestina.

Em que consiste o acordo EPAL-Mekorot?

A EPAL, que fornece água a mais de 2,5 milhões de pessoas na região de Lisboa e no sul do país, fez um contrato de “cooperação” com a Mekorot. Este acordo pretende, de acordo com



as duas empresas, estabelecer um plano para "protecção" do sistema de águas português na eventualidade de "ameaças terroristas", usando assim a "experiência" da Mekorot nessa área. O acordo é, na realidade, uma oportunidade para a Mekorot fazer render os anos de experiência que tem como agente israelita da ocupação imoral e ilegal da Palestina. É também um pretexto para que a Mekorot invada o mercado europeu com este tipo de serviços, sendo Portugal o país de lançamento para as suas ambições imorais.

Sabe-se que valores financeiros estão envolvidos?

A EPAL até agora recusou-se em tomar públicos os detalhes sobre este acordo. Mas não há dúvidas que as centenas de milhares de euros que a EPAL pagará à Mekorot serão por sua vez usados na consolidação do sistema de opressão contra os palestinianos que a Mekorot põe em prática. Isto, em si, é condenável.

A EPAL está a violar o seu próprio estatuto? Em quê?

A "Águas de Portugal", da qual a EPAL é subsidiária, ostenta um extenso Código de Conduta e de Ética e proclama publicamente uma política de responsabilidade social em que se garante "respeito integral dos requisitos das normas (...) SA8000:2008". Estas mesmas normas estabelecem que, para uma empresa ser considerada socialmente responsável, tem a obrigação de garantir que todos aqueles com que a empresa se vincula ou que contrata (fornecedores, parceiros, etc.) cumpram a lei internacional e nacional.

O Código de Conduta e de Ética estabelece que a EPAL, como empresa do Grupo Águas de Portugal se rege pelos princípios do respeito e

protecção dos direitos humanos, da erradicação de todas as formas de exploração, da erradicação de todas as práticas discriminatórias. Ora, a Mekorot viola as leis internacionais e os direitos humanos, pondo em prática medidas discriminatórias contra os palestinianos. Estando estes factos disponíveis publicamente e sendo corroborados por diversas organizações governamentais e de direitos humanos a nível internacional, a EPAL não pode invocar "ignorância" de tais violações. A insistência em manter vigente este contrato é prova de que a EPAL não leva a sério os seus próprios estatutos e que não tem problema em os violar para benefício económico ou até político.

Ou seja, a EPAL viola direitos e normas nacionais e internacionais

A Mekorot viola um grande número de direitos e normas internacionais. Por associação, a EPAL dá um acordo a estas violações e encoraja-as através da transferência de milhares de euros para os cofres da Mekorot. Como potência colonizadora, Israel tem como obrigação o fornecimento de serviços básicos à população dos territórios que ocupa. Essa obrigação, codificada nos Acordos de Genebra, é completamente ignorada por Israel e foi denunciada por várias vezes pela ONU e organizações de direitos humanos. A resolução 181, de 29 de Novembro de 1947, das Nações Unidas, que levou à criação do Estado de Israel, concede "Acesso para ambos os Estados e para a Cidade de Jerusalém às instalações de água e energia numa base não discriminatória".

A Convenção Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CIDESC) que ambos, Portugal e Israel, ratificaram, estabelece nos seus Artigos 11.º e 12.º que, no que diz respeito ao direito à água, se aplicam em todas as circunstâncias as seguintes garantias:

"disponibilidade, qualidade, acessibilidade (física e económica), não discriminação no acesso e na informação relativa à água". Israel, como Estado parte desta Convenção, tem a obrigação de não interferir directa ou indirectamente na fruição do direito à água. Esta obrigação inclui o dever de evitar práticas que recusem ou limitem o acesso adequado à água em condições de igualdade. Portugal, como Estado subscritor desta Convenção, está sujeito à mesma obrigação de não interferir na limitação do direito à água, directa ou indirectamente, designadamente através de parcerias.

A EPAL está também a violar a Directiva Europeia 04/18/CE do Parlamento e Conselho Europeus, de 31 de Março de 2004, que, embora não vinculando Israel, obriga Portugal. Essa directiva regula os processos para adjudicação de contratos públicos, e permite ao Estado Português, designadamente a uma empresa pública como a EPAL, excluir de um contrato público qualquer agente económico (indivíduo ou organização) que tenha cometido um acto condenável grave ("*grave misconduct*", no original) no exercício da sua profissão ou negócio. É o caso evidente da Mekorot.

A água é um direito universal. Todos os seres humanos, independentemente da sua raça, religião ou etnia, têm direito à água. Israel, como um estado que privilegia a etnia judaica acima de todas as outras, está em contradição com estes direitos básicos de igualdade.

Que reacção teve o acordo e que acções foram desencadeadas?

Assim que os detalhes do contrato entre a EPAL e a Mekorot se tornaram públicos, o Comité de Solidariedade com a Palestina (CSP) escreveu uma carta à EPAL a pedir clarificações sobre o contrato. A EPAL, como era previsto, respondeu dizendo que o acordo era estritamente económico, significando que os crimes da Mekorot não lhes dizem respeito. Desde então, a contestação ao contrato alargou-se a outras organizações como a Água Pública, a Amnistia Internacional, o CPPC, o Fórum pela Paz, o MPPM, o Tribunal-Iraque. Estas organizações enviaram uma nova carta à EPAL pedindo satisfações sobre o contrato. A EPAL não respondeu.

Entretanto, dois partidos políticos, o Bloco de Esquerda e o PCP, pediram explicação ao Ministério do Ambiente, que tutela a EPAL. Houve também oposição interna na EPAL. Uma funcionária (estagiária) que mostrou insatisfação com o contrato com a Mekorot foi despedida pela empresa, o que mostra o baixo grau de tolerância da EPAL em relação ao direito de expressão e de opinião.

Há também oposição internacional ao contrato, não só dentro de Israel e entre os palestinianos, mas também por parte de outras organizações da sociedade civil estrangeiras. Estão a organizar-se acções colectivas para denunciar a EPAL a nível internacional como a nossa vergonha nacional. Iremos continuar a fazer pressão sobre a empresa até que este contrato seja rompido.

A luta dos ferroviários de 1969

Lições de um combate de classe com 40 anos

Em 28 de Outubro passado, decorreu na Câmara Municipal de Lisboa uma sessão comemorativa dos 40 anos da grande luta nacional dos ferroviários, travada em plena era marcelista. Carlos Domingos fez uma palestra em que relatou os acontecimentos da época, mostrando os processos de organização postos em prática, a união conseguida entre os trabalhadores e a vitória conseguida apesar das difíceis condições políticas da altura. É a sua exposição que aqui resumimos.

A luta dos trabalhadores ferroviários levantou-se contra as miseráveis condições de vida a que estavam condenados pelo governo fascista e pelos seus lacaios do conselho de administração da CP. Tirando os operários da indústria corticeira, os ferroviários eram de longe os trabalhadores mais mal pagos do País e aqueles cujas condições de trabalho eram das mais degradadas. Durante muitos anos, o seu sofrimento foi sendo suportado como uma fatalidade. Com a saída de Salazar do governo e a ascensão de Marcelo Caetano, com promessas de melhoramento e de liberalização da situação nacional, os ferroviários julgaram ver, finalmente, uma possibilidade de reivindicarem o direito a uma vida melhor. No início de Outubro de 1968, uma ampla comissão, constituída por trabalhadores do movimento e das oficinas, fizeram a entrega de uma exposição reivindicativa no Ministério das Corporações.

A comissão responsável pelo desencadear da luta resolveu reunir-se com elementos dos vários sectores e zonas da empresa e formar um grupo de trabalho, o qual passou a encabeçar a direcção da luta, começando por tentar forçar os sindicatos (cujos dirigentes eram controlados pelo governo) a convocarem assembleias-gerais com o fim de debater a revisão do acordo colectivo de trabalho.

Greve nacional

No dia 20 de Outubro de 1969, em resposta a um apelo da Comissão Nacional dos Ferroviários, entretanto constituída, os mais de 12 mil ferroviários que estavam em serviço paralisaram o trabalho das 15 às 16 horas. A estes



juntaram-se muitos que estavam fora de serviço e vieram solidarizar-se com os seus companheiros. A paralisação foi total nas oficinas do Barreiro (2 mil operários), nas oficinas do Entroncamento (2500 operários) e nas oficinas de Santa Apolónia, Campolide, Cruz da Pedra, Figueira da Foz e Ovar. No Rossio, em Lisboa, ao darem as 16 horas, rompeu uma estrondosa ovação não só dos ferroviários, mas dos milhares de pessoas que se tinham juntado aos grevistas.

Depois da greve, os ferroviários insistiram para que o patronato recebesse uma delegação para discutir a revisão do ACT (que durava desde 1955) e outros problemas da empresa. Porém, perante as sucessivas formas de pressão por parte não só da Comissão Nacional dos Ferroviários, mas também de outras comissões como as do Barreiro e do Entroncamento, com o apoio de centenas de cartas e telegramas de todos os pontos da linha, foi finalmente assinado o novo ACT em 10 de Novembro de 1969.

Apesar de ter sido assinado nas costas da classe e, mesmo assim, não ter sido assinado por todos os dirigentes sindicais, o novo Acordo foi considerado uma

vitória dos ferroviários, embora parcial.

Ontem como hoje

A evocação desta luta tem, quanto a nós, a importância de mostrar o papel chave da unidade e da organização no êxito de uma luta. Mas tem sobretudo a importância de mostrar como é decisivo os trabalhadores levantarem sem rodeios os seus interesses próprios e confrontarem o patronato e as forças do poder com tais interesses.

Também em 1969 o poder quis desarmar a luta dos ferroviários invocando as “dificuldades do país”, envolvido na guerra colonial e a braços com uma inflação galopante. Mas a realidade das diferenças sociais falou mais alto para os ferroviários: enquanto os trabalhadores reivindicavam aumentos de 1.000 escudos sobre os seus salários da altura, os administradores da CP tinham aumentado os seus próprios vencimentos de 9.500 para 21.000 e outros de 13.600 para 23.000 escudos. Então como agora, as “dificuldades do país” eram, para patrões e governo, um encargo exclusivo dos trabalhadores. Os ferroviários souberam na altura rejeitar tal encargo.

Pedro Goulart

Sempre ao serviço

Segundo Santos Silva, actual ministro da Defesa do governo de José Sócrates, em Janeiro aumentará para 150 militares o contingente português no Afeganistão. Conforme afirma o ministro, tal resultaria de uma decisão política já assumida na anterior legislatura. A decisão, que corresponde uma pressão dos EUA, foi batizada pelo ministro como uma medida de “defesa cooperativa”. Entretanto, Marcos Perestrello, secretário de Estado da mesma pasta, aproveitou a “defesa cooperativa” para ir à bola e passar revista aos militares portugueses estacionados na Bósnia. Para além do muito dinheiro mal gasto nestas andanças (que tão necessário seria para fazer face às graves questões sociais que afectam os trabalhadores), a participação portuguesa nestas guerras deve merecer o nosso mais vivo repúdio.

Acusação no caso “Verde Eufémia”

Em 2007, dezenas de activistas ambientais invadiram um campo, no Algarve, protestando e destruindo uma plantação de milho transgénico. O Ministério Público escolheu três deles e acusa-os agora de “promotores da acção e da prática de crimes de dano com violência”, com pena de um a oito anos de prisão, e de “desobediência qualificada”, com pena até dois anos. Mas o proprietário do campo quer ir mais longe, acusando outros activistas e atribuindo-lhes mais “crimes”: o de invasão de propriedade privada e de apologia e incitamento a crime com recurso a violência. Isto, na linha da histeria que, na altura, se apossou dos políticos do sistema e dos média ao seu serviço.

CCL ameaçado

O Centro de Cultura Libertária, espaço anarquista com 35 anos, foi ameaçado de despejo por parte do proprietário do local. O CCL é um ateneu cultural fundado em 1974 por resistentes à ditadura, ocupando desde então um espaço arrendado em Cacilhas. Possui uma biblioteca e um arquivo únicos em Portugal. Diversas forças manifestaram solidariedade e apoio à resistência do CCL.

Boicote a Israel

A universidade norueguesa das ciências e da tecnologia (NTNU), a segunda do país, pronunciou-se no dia 12 de Novembro sobre uma proposta de boicote académico a Israel apresentada em carta aberta por cerca de 30 universitários. A carta acusa as instituições universitárias israelitas de terem “papel chave na política de opressão” e defende a pressão sobre Israel até que “seja posto termo à ocupação dos territórios palestinos”. Esta iniciativa vem na sequência de campanhas semelhantes lançadas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, seguindo o exemplo do boicote académico decretado contra a África do Sul no tempo do *apartheid*.

Efeito de ricochete

As tropas norte-americanas levam a destruição e a morte a diversas partes do mundo. Mas as consequências materiais e morais de tais actos atingem os próprios EUA e mesmo o interior das suas Forças Armadas. Só desde Janeiro de 2009, já se suicidaram nos EUA 140 militares no activo e 71 na reserva. E, por vezes, militares descontentes com as acções de guerra promovidas pelo seu país descarregam o descontentamento ou o desespero sobre os colegas. Foi o que recentemente aconteceu com o ataque levado a cabo na base americana de Fort Hood, Texas, em que o major Nidal Hassan atirou sobre dezenas de pessoas, matando 13 delas.

O direito a ter direitos

Um milhar pessoas participou, em 17 de Novembro, numa manifestação em Madrid contra a nova Lei de Imigração, considerada um grave retrocesso para os direitos dos imigrantes. Os manifestantes, convocados por quase 70 associações de apoio aos imigrantes, exibiam, entre outras, uma faixa com os dizeres “Paremos a reforma da Lei de Imigração. Temos direito a ter direitos”. O protesto decorreu ainda em mais nove cidades espanholas. A reforma da lei traduz uma visão policial da gestão das migrações, ligando perigosamente a crise à imigração. Em Espanha, dos quase 46 milhões de habitantes 12% são imigrantes.

Boicote e resistência: Israel e África do Sul

O boicote a Israel é uma palavra de ordem muito antiga. Nos anos 80, os anti-imperialistas boicotavam tanto as toranjas de Jaffa ou os abacates de Carmel, como as laranjas de Outspan ou as maçãs do Cabo. O que hoje torna o boicote a Israel mais massivo e popular é acima de tudo o massacre selvagem da população de Gaza pelo Tsahal (as Forças armadas de Israel) e a resistência encarniçada dos combatentes palestinos. A vitória da resistência libanesa de 2006, dirigida pelo Hezbollah, preparara já a mudança na opinião internacional.

A luta pela abolição do *apartheid* na África do Sul pode servir de referência à actual luta pela Palestina, na condição de que a respectiva história seja fielmente reconstituída. E, nessa história, o papel do boicote internacional deverá ser correctamente avaliado. Nelson Mandela forjou a sua reputação internacional em 1963, quando era advogado de doze combatentes sul-africanos aprisionados, incluindo ele próprio, acusados de sabotagem. No decorrer do processo, afirmou veementemente “sem violência, não há via que permita ao povo africano triunfar na luta contra a supremacia dos brancos (...). Escolhemos desafiar a lei. Primeiramente, por meios que evitaram o recurso à violência. Depois, tendo sido esses meios também interditos por lei, decidimos responder à violência com violência” (processo de Rivonia). Mandela, que três anos antes tinha fundado o braço armado do Congresso Nacional Africano (ANC), foi o *Umkhonto We Siswe* ou seja, o Guerreiro da Nação. Quando foi preso em 1962, após dezassete meses de clandestinidade, foi acusado de sabotagem e de tentativa de golpe de estado violento. Foi graças à defesa intransigente da luta revolucionária do seu povo que Mandela recebeu um amplo apoio internacional e se tornou o mais célebre preso político do mundo. Depois do massacre do Soweto, em 1976, numa carta dirigida ao povo sul-africano, Nelson Mandela declara rezar pelos mártires e exorta os jovens a empenharem-se massivamente na luta. Na sequência deste apelo, milhares de jovens sul-africanos partiram para

Angola e Moçambique para participarem a luta armada. Assustado com a popularidade sempre crescente do prisioneiro Mandela, o governo sul-africano propôs-lhe repetidamente a libertação, sob a condição de rejeitar a luta armada como arma política. A resposta de Mandela foi sempre muito clara: NÃO.

A juventude dos nossos dias tem o direito de saber que a arma do boicote internacional contra o *apartheid* na África do Sul funcionou como um apoio à luta revolucionária do povo e às suas organizações nacionais. Que o povo sul-africano utilizou todos os meios ao seu alcance para o derrube do regime racista, decorrente da colonização e aliado de Israel. E que foi esta luta de massas, incluindo a luta armada, que permitiu ao boicote internacional funcionar como uma poderosa alavanca da solidariedade mundial. A juventude dos nossos dias tem o direito de saber que o resistente Mandela, cristão, pacifista numa primeira fase e depois defensor da luta armada e aliado dos comunistas, foi um dos primeiros combatentes a ser apelidado de “terrorista”. A sua organização, o ANC, de que era membro desde 1943, foi ilegalizada pelo governo sul-africano em 1960. Tendo sido condenado por terrorismo em 1964, só em Julho de 2008 a administração Bush retirou o nome de Mandela da sua “Terror Watch List” (Lista de Vigilância do Terrorismo).

A juventude dos nossos dias tem o direito de saber que, em nome desta luta contra o terrorismo, o governo sul-africano, tal como o governo israelita de hoje, não só encarcerou centenas de combatentes, mas também encomendou o assassinato, por esquadrões da morte, de dezenas de responsáveis políticos do movimento de libertação sul-africano.



Tal como o massacre de Gaza e a resistência armada do Inverno de 2008/2009, foi o massacre de Soweto e o subsequente desenvolvimento da luta de massas de 1976 que conferiu uma amplitude internacional ao movimento de boicote, cujas primeiras sanções tinham começado nos finais dos anos 60.

A liquidação do *apartheid* na África do Sul foi o resultado de uma articulação permanente entre todos os meios de luta no terreno e a solidariedade internacional, de que o boicote foi o ponto culminante.

O boicote do sionismo existe desde a sua implantação pela Liga Árabe em... 1945! Desde 1948, é sobretudo a luta encarniçada do povo palestino, usando todos os meios ao seu dispor, que embarga o colonialismo e as permanentes guerras do sionismo. E é porque o povo palestino continua a resistir que devemos desenvolver com todas as nossas forças o movimento de boicote a Israel, que começa finalmente a tomar a amplitude necessária.

O boicote não é uma alternativa à resistência, é um apoio a essa resistência. E para que esse boicote seja completo e coerente, deve conter um apelo de retirar das listas de organizações terroristas o Hamas, a FPLP e todas as organizações palestinas de resistência. E isto com tanta paixão como a que pusemos quando cantámos e gritámos, anos e anos, “Free Nelson Mandela”.

Nadine Rosa-Rosso

Apesar da perseguição política e policial

Esquerda basca não quebra

A permanente ofensiva da justiça espanhola contra a esquerda *abertzale* (independentista) é a aplicação prática das políticas do PSOE e do PP, que não querem uma solução política no País Basco.

Ao contrário do que mentirosamente afirmam o governo espanhol, o juiz Baltazar Garzón e os média do sistema, o que hoje está em causa no País Basco é um processo de debate e unificação da esquerda *abertzale*.

De um documento em discussão, destacamos uma passagem:

“A independência e o socialismo são os objectivos da Esquerda Abertzale, e o Estado Socialista Basco o projecto concreto para levar até ao fim a libertação nacional e social.

Por que necessitamos do Estado Basco? (...) Dificilmente conseguiremos fórmulas que permitam o desenvolvimento integral de Euskal Herria entre os Estados que foram construídos mediante a opressão dos povos pequenos, pois a participação e os núcleos de decisão estrangeiros são obstáculos demasiado grandes. A Esquerda Abertzale quer construir um Estado Basco independente para poder fortalecer, sem nenhum tipo de limite, a identidade do Povo, a cultura e a língua, mas também para garantir

os direitos, o bem-estar e a liberdade da cidadania basca. Também queremos, com os instrumentos dados pela existência de um estado próprio, desenvolver um internacionalismo com os demais povos do planeta que seja verdadeiramente eficaz.”

Em 14 de Outubro, dez militantes sindicais e políticos bascos, entre os quais Arnaldo Otegi, Rafa Diez e Rufi Etxeberria, foram detidos pela mão do juiz Baltazar Garzón e dos partidos espanholistas, sob pretexto de que estariam a tentar reconstruir o Batasuna, organização política da esquerda *abertzale*, ilegalizada pelas autoridades espanholas. Após três dias de incomunicabilidade, cinco dos detidos foram mandados embora, permanecendo presos os restantes. Convocada por vários sindicatos, realizou-se em 17 de Outubro uma significativa concentração de milhares de homens e mulheres em São Sebastião, em protesto contra a perseguição política e pela



libertação dos militantes presos. As tentativas de desmobilização levadas a cabo pelo governo e pelos média do sistema não surtiram efeito e a manifestação correspondeu já ao caminho de debate e unidade que ultimamente tem vindo a ser percorrido no País Basco, nela participando adeptos dos vários partidos políticos, à excepção do PSOE e do PP. A manifestação também foi uma demonstração de que, apesar dos obstáculos, é possível e necessário prosseguir a luta por uma solução política adequada ao País Basco.

Pedro Goulart

Anormal é não pagar a renda

Aconteceu em Poissy. José Gomes Macedo, 62 anos, português imigrado em França, operário da construção civil, apareceu morto em casa. Apenas deram por ele dois anos depois de ter morrido.

Poissy lembra imediatamente o grupo PSA Peugeot Citroën. Uma cidade na cidade: 180 hectares onde se fabricam 1500 automóveis por dia, onde trabalham 12 mil assalariados. Ao redor, as torres e as bandas de alojamentos sociais HLM para os operários da fábrica, desterrados dos quatro cantos do mundo. De permeio muitos imigrantes portugueses.

Poissy lembra os imigrantes portugueses atrelados, dia e noite, às cadeias de montagem automóvel, tal como Clermont-Ferrand lembra outros operários portugueses, escravos das cadeias de fabrico dos pneumáticos Michelin, tal como o grupo Bouygues lembra o lendário pedreiro português, força de trabalho despojada, disciplinada e

barata, que do nascer ao pôr-do-sol, moureja, anónimo entre os anónimos, no meio do formigueiro das obras de todo o tamanho e feito e das gigantescas empreitadas do nababo da construção civil.

José Gomes Macedo não trabalhava na Peugeot; era um operário reformado da construção civil. Vivia sozinho, abandonado por tudo e por todos. “Era um homem discreto, falava pouco e ouvia mal”, disse à imprensa um vizinho de origem magrebina, habituado a trabalhar com outros portugueses.

Alertados por um telefonema anónimo, os bombeiros foram encontrá-lo sentado num cadeirão. Estava mumificado. Morto há mais de dois anos, sem que alguém desse por nada. Os vizinhos bem

se tinham queixado de que cheirava mal no patamar do andar. Mas, ora ora!, isso de cheirar mal no patamar dum banda de HLM para imigrantes, num arrabalde da cidade... Depois, com o tempo, o mau cheiro acabou por desaparecer... A família daí e daqui, habituada ao silêncio, não estranhou... Um silêncio a mais ou a menos, qual é a diferença?

Para pouca sorte do José, o homem era um bom pagador. A renda, paga por transferência bancária automática, caía certinha na caixa do gestor do grupo imobiliário social da cidade. De modo que, também nisso, tudo continuava... normal. Não havia, portanto, anomalia com o José. Anomalia só se verifica quando a renda não é paga. Então sim, surge o interesse “pela pessoa”. Vivemos uma época formidável! Aconteceu em Poissy a meados do mês de Outubro de 2009.

Manuel Vaz

SOS Honduras

Cerca de 30 organizações portuguesas (cívicas, políticas, sindicais) apelaram aos chefes de estado e de governo reunidos em Lisboa na XIX Cimeira Ibero-Americana (28-29 de Novembro) para condenarem o golpe militar de 28 de Junho passado nas Honduras. A mensagem denunciava a tentativa dos golpistas de se legitimarem no poder através de eleições ilegais. Este ano, em Julho, as mesmas organizações convocaram um protesto de repúdio pelo golpe militar, associando-se à movimentação internacional pelo restabelecimento pela legalidade nas Honduras. Na altura, o protesto apontou as responsabilidades dos EUA nos acontecimentos, mostrando que o golpe faz parte duma ofensiva das forças reaccionárias e imperialistas para contrariar os avanços de vários povos do continente americano na defesa da sua soberania e de sistemas sociais mais justos. Na cimeira de Lisboa, apesar das hesitações, foi aprovada uma posição comum que não reconhece o regime nem as eleições por ele forjadas.

Repressão na Espanha

Na madrugada de 24 de Novembro, mais de 650 polícias e magistrados lançaram uma mega operação no País Basco e em Navarra, detendo 35 jovens e “visitando” 92 locais – residências e estabelecimentos diversos, incluindo associações de moradores. Segundo o governo do “socialista” Zapatero e o seu aparelho judicial, estes jovens estariam ligados à organização juvenil Segi, que por sua vez estaria ligada à Batasuna, que por sua vez estaria ligada à ETA.

Contra o racismo

Dezenas de milhares de pessoas desfilaram a 17 de Novembro contra o racismo em Roma, denunciando uma lei do governo de Berlusconi que torna crime a imigração clandestina. Os manifestantes condenaram o racismo e o repatriamento dos imigrantes, dizendo “Estamos todos no mesmo barco”, referindo-se aos imigrantes clandestinos que chegam ao sul da Itália vindos da África em barcos.



Solidariedade com Aminetu Haidar

Aminetu Haidar, uma mulher sarauí impedida pelas autoridades marroquinas de entrar no seu país, está desde 15 de Novembro em greve de fome no aeroporto de Lanzarote, Espanha, para onde foi recambiada depois de detida, interrogada e privada do passaporte. O seu protesto é contra a arbitrariedade a que foi sujeita mas também contra a ocupação do Sara Ocidental por Marrocos desde 1975.

A situação, que pode levar à morte de Aminetu, incomoda o governo de Madrid, mas nem por isso Zapatero parece querer importunar o rei de Marrocos. Em entrevista dada ao jornal *El País*, Aminetu denuncia sem rodeios o “papel sujo” do governo espanhol, que acusa de estar combinado com as autoridades marroquinas. “Como povo precisamos de apoio político claro e o reconhecimento do direito à autodeterminação”, disse. Na mesma entrevista, impressiona a determinação com que Aminetu declara estar disposta a ir até à morte. À pergunta do jornalista sobre “o que seria dos seus filhos pequenos”, Aminetu responde “tenho filhos, mas também tenho dignidade”, e acrescenta: “Entre os meus filhos e a minha dignidade, prefiro a minha dignidade. Eles viverão sem mãe, mas com dignidade”.

Em Lisboa realizou-se a 3 de Dezembro uma vigília em apoio de Aminetu Haidar, frente ao consulado de Espanha, convocada por diversas organizações. Galardoada com vários prémios pela sua luta em prol dos direitos do povo sarauí, Aminetu recebeu já votos de solidariedade de José Saramago, Rigoberta Menchú, Ramos Horta e Miguel Portas, do realizador Pedro Almodôvar e dos actores Javier e Carlos Bardem, da Assembleia da República portuguesa e ainda um voto “de preocupação” do Departamento de Estado dos EUA. **MR**

Muro de Berlim acabou há 20 anos

Nada a comemorar

Foi triste a festa com que a burguesia de todo o mundo – acompanhada agora pelos seus parceiros do outrora “Leste” – pretendeu comemorar os vinte anos do derrube do Muro de Berlim.

Percebe-se porquê: o capitalismo, declarado vencedor em 1989, não tem hoje grandes motivos de regozijo, nem mesmo para consigo próprio. E tem ainda menos argumentos para se apresentar às massas trabalhadoras de qualquer parte do mundo como um modo de vida pelo qual valha a pena alguém bater-se. E há mesmo quem, no Leste, já prefira o passado...

Depois de tão estrondosa “vitória”, depois de eliminada a “ameaça à paz”, depois de varrido o obstáculo ao “desenvolvimento” e ao “livre mercado”, depois de aberto o caminho à “democracia” e à “liberdade” ... o capitalismo mundial não mais saiu do marasmo económico, as bolhas especulativas rebentam umas a seguir às outras, o desemprego cresce, as diferenças sociais agravam-se, a fome prolifera, as ameaças ambientais aumentam, as guerras de agressão repetem-se de forma impune, as despesas militares sobem em flecha, os regimes políticos são cada vez mais fascistas, os indivíduos são cada vez menos livres.

Não admira que, num inquérito de opinião feito pela BBC e publicado por ocasião do aniversário, uma

maioria de pessoas manifestasse desagrado com o funcionamento do capitalismo, mesmo se a maior parte ainda acredita em medidas de reforma do sistema.

Em 29 mil entrevistados de todo o mundo, só 11% acham que o capitalismo “funciona bem” e 23% acham que “precisamos de um novo sistema económico”, embora não digam qual. Estes números levaram o presidente de uma das

empresas promotoras do inquérito a concluir: “Parece que a queda do muro de Berlim não foi a vitória arrasadora para o capitalismo de livre mercado que parecia à época”. Sintomática também é a opinião apaziguadora do presidente de outra das empresas promotoras: “As pessoas não querem abandonar o capitalismo, mas moderá-lo”. Certo, por enquanto.

Manuel Raposo



muro, construído em 1961, é o símbolo da tentativa de defesa de um regime que entrara em desagregação, sem possibilidade de sobreviver nem às suas contradições internas nem às ofensivas conduzidas pelo bloco dos países

imperialistas.

Antes mesmo da derrota do regime nazi pelo exército vermelho, em Maio de 1945, fora estabelecido, na conferência de Yalta, um compromisso entre os estados aliados sobre o futuro da Alemanha. O país seria desmilitarizado e as quatro potências vencedoras da guerra (EUA, Reino Unido, França e URSS) exerceriam tutela sobre quatro parcelas do território alemão: uma a Leste e três a Oeste. Berlim, situada em plena zona Leste, seria igualmente quadripartida.

Todavia, norte-americanos, ingleses e franceses fundaram, logo em Abril de 1949, nas zonas por eles ocupadas, a República Federal da Alemanha. Respondendo a esta violação, na zona ocupada pela URSS é criada a República Democrática Alemã, em Outubro do mesmo ano. Mesmo assim, Berlim continuou, durante mais doze anos, a ser uma cidade onde se podia circular entre Leste e Oeste. A criação da RFA pelas potências ocidentais tinha propósitos que iam além da unificação territorial. A criação do marco alemão, o forte apoio norte-americano ao desenvolvimento da economia alemã, a criação da NATO com inclusão da RFA, fizeram do país uma ponta de lança da Guerra Fria apontada aos restante países do Leste e à URSS. E é neste quadro que o muro surge, como tentativa (a prazo, inútil) de vedar o Leste à influência do capitalismo ocidental.

MR

Dubai: novo sobressalto

Bastou que o grupo *Dubai World*, sob controlo do governo do Dubai, pusesse em causa a amortização atempada das suas emissões obrigacionistas (no valor de 40 mil milhões de euros), para que as praças financeiras mundiais entrassem em depressão. Os estragos causados pela recente “crise financeira” mundial estão bem presentes e os investidores permanecem nervosos. O Emirado do Dubai é um dos sete que constituem os Emirados Árabes Unidos, cuja federação mantém relações fortes com os países capitalistas ocidentais, particularmente com o Reino Unido e os EUA. As

principais receitas deste Emirado têm provindo do imobiliário, do turismo, dos serviços financeiros e do comércio. Projectos imobiliários e financeiros megalómanos desenvolveram-se ali na última década, tendo gerado uma colossal dívida ao estrangeiro. Aqui, como noutros locais do planeta, de destacar o papel desempenhado pelo governo como gestor de negócios de uma burguesia transnacional.

Com a “crise” mundial, que se traduziu em grande fuga de investidores e turistas ricos do emirado, assim como numa forte queda dos preços do imobiliário, abriram-se as

portas para que surgisse a actual situação, que se afigura como de bancarrota. Por exemplo, no domínio do imobiliário, o valor das casas, que havia quadruplicado entre 2002 e 2007, reduziu-se para metade, apenas nos primeiros oito meses de 2009.

Mas as várias “crises”, como esta do Dubai, vividas nos últimos anos na Argentina, na Islândia, nos EUA e a nível mundial, a que outras se seguirão, mais não representam que manifestações diversas de uma mesma crise, a crise crónica que hoje atinge o capitalismo.

Pedro Goulart

O que Obama não disse: há apenas 100 combatentes da Al Caida no Afeganistão

Barack Obama decidiu enviar mais 30 mil soldados para o Afeganistão, a um custo de 30 mil milhões de dólares por ano, justificando a medida com o que chamou o “cancro” da Al Caida. De acordo com um artigo publicado em 2 de Dezembro pela ABCNews, Obama omitiu um facto importante: os serviços secretos norte-americanos reconhecem que há apenas cerca de 100 membros da Al Caida no país inteiro.

Um alto funcionário dos serviços secretos disse à ABCNews que a estimativa traduz as conclusões a que chegaram as agências de inteligência dos EUA e o Departamento de Defesa. Aquele número foi transmitido à Casa Branca quando o presidente Obama procedia às suas deliberações. No discurso proferido em West Point, Obama fez apenas uma referência vaga à dimensão da presença da Al Caida quando disse “a Al Caida não tem no Afeganistão o mesmo número que antes do 11 de Setembro [de 2001], mas mantém os seus refúgios ao longo da fronteira [com o Paquistão]”. Em Outubro, o Conselheiro de Segurança Nacional de Obama, general James Jones, falou em “menos de cem” numa entrevista à CNN. Na mesma altura, também a senadora democrata Jeanne Shaheen, falando no Comité de Relações Exteriores do Senado, disse que “os serviços secretos referem cerca de cem membros da Al Caida no Afeganistão”. Numa audiência no Senado, o ex-chefe da rede da CIA do Paquistão, Bob Grenier, testemunhou igualmente que a Al Caida tinha sido derrotada no Afeganistão. “Então, no que respeita ao Afeganistão”, perguntou-lhe o senador John Kerry, “eles foram desmantelados e derrotados. Eles não estão no Afeganistão, correcto?” Resposta de Grenier: “É verdade”.

Como Obama reconheceu, a Al Caida agora opera a partir do Paquistão, onde as tropas dos EUA não actuam, pelo menos formalmente. Os serviços secretos calculam que existam centenas de combatentes da Al Caida na fronteira do Paquistão; e, por isso, as tropas adicionais seriam necessárias no Afeganistão, de acordo com um representante da administração Obama, para “ensanduicar” a Al Caida entre o Paquistão e o Afeganistão, e impedi-la de se restabelecer no Afeganistão.

Os 100 mil militares norte-americanos no Afeganistão, a um custo estimado anual de 30 mil milhões de dólares, significam 1.000 soldados e 300 milhões de dólares por ano por cada combatente da Al-Caida. Questão não menos importante está em saber se o Paquistão “fará o suficiente” para derrotar a Al Caida do seu lado da fronteira. Verbas avultadas são dadas pelos EUA ao Paquistão para esse fim, mas nos governantes norte-americanos está instalada a dúvida sobre se as autoridades paquistanesas as usam mesmo para o efeito. E daí a interrogação sobre que estratégia seguir no caso – o que pode significar uma decisão norte-americana de estender abertamente a guerra ao território paquistanês.

AAI-Caida, continua assim a ser pretexto para anestesiar a opinião pública. Na verdade, os EUA enfrentam uma rebelião geral contra a sua presença no Afeganistão e no Paquistão. O espectro do Vietname está presente não apenas pela derrota norte-americana que se adivinha, mas também pela tentação dos EUA de estenderem a guerra ao Paquistão, como fizeram com o Laos e o Camboja.

ABCNews/Manuel Raposo

Procurados

Na recente cimeira da NATO, em Edimburgo, e à beira de um desastre militar no Afeganistão, igual em repercussões à derrota dos EUA no Vietname, os dirigentes do “império global” tentaram desesperadamente uma solução. O Afeganistão é uma armadilha onde eles próprios se colocaram e onde se enterraram em oito anos de guerra criminosas, que serviu exactamente o oposto do seu propósito declarado.

Agora, existe um movimento Talibã capaz de colocar em xeque as forças da NATO; nenhum problema do Afeganistão está resolvido, todos os problemas das populações se agravam.

Nem sequer têm a seu favor a aparência de uma “democracia de tipo ocidental”, de tal modo corrupto é o governo Karzai, instalado e mantido pelos EUA. Perante um eleitorado democrata que acha, por dois terços, que a guerra não vale a pena, Obama envia o segundo reforço de tropas, menos de um ano após tomar posse, apesar do défice catastrófico e do desemprego.

Não se trata de “mau aconselhamento técnico”. Trata-se de uma fuga para a frente, para evitar um colapso completo e uma retirada sem glória. A conferência de Janeiro sobre o Afeganistão será uma bóia de salvação que Gordon Brown estende a Obama, apostando na maior europeização do contingente da NATO e na afeganização da guerra. Opção sem a mínima hipótese de vitória; mas causadora de mais sofrimento e mortes de um lado e de outro, completamente inúteis. Um genocida nunca está satisfeito! A cada esquina devia haver um cartaz com o célebre *Wanted* por cima, com a foto de Obama no centro, Karzai e os principais dirigentes europeus em volta!

E por baixo:
For crimes against humanity!
Manuel Baptista

DITO

O Governo do Estado moderno é apenas um comité para gerir os negócios comuns de toda a burguesia.

Karl Marx (1818-1883)

